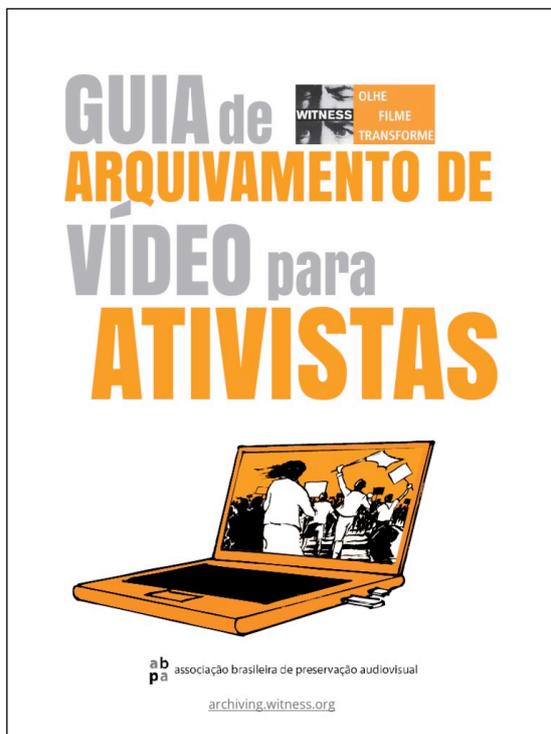


Sobre Grace Lile e Yvonne Ng. *Guia de arquivamento de vídeo para ativistas*. São Paulo: ABPA – Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, 2017, 100 pp., ISBN: 9788593975004.

Por Mateus Nagime*



Por muito tempo, a preservação audiovisual não era considerada parte inerente ao processo cinematográfico como um todo, historicamente simbolizado pelo seguinte tripé: produção, distribuição e exibição. A atividade de preservação muitas vezes era confrontada por cineastas e produtores que, ou mal compreendiam, ou mal intencionavam o papel das Cinematecas e as responsabilidades delas com seus filmes. A chegada do digital não só trouxe a troca de pesados e

quilométricos rolos de filmes por pequenos e frágeis artefatos *hardwares*, mas também a percepção de que a preservação poderia, talvez pela primeira vez, ficar efetivamente a cargo dos próprios produtores e realizadores.

Essa nova realidade ainda está sendo digerida pelos realizadores, pelos arquivos e cinematecas e em menor grau pelos órgãos governamentais em todo o mundo, que anteriormente tomavam para si a tarefa de arquivar, catalogar e preservar a produção audiovisual oficial do país ou da região. Com a proliferação dos materiais em digitais, fica evidente que os arquivos e cinematecas não terão condições de preservar tudo. Do mesmo modo, perde-

se uma noção deveras elitista de que o material em película é o único digno de ser preservado para futuras gerações.

Em paralelo, a literatura dedicada à preservação audiovisual pode ser, a grosso modo, dividida em três grupos: o primeiro é formado pelos textos de caráter filosófico e/ou político, que questionam e constantemente nos lembram dos deveres, direitos e dilemas dos arquivos audiovisuais, características dos trabalhos de Paolo Cherchi Usai —infelizmente, ainda sem tradução para o português¹— ou da tese de doutoramento de Laura Bezerra na UFBA, *Políticas para a preservação audiovisual no Brasil (1995-2010) ou: “para que eles continuem vivos através de novos modos de vê-los”*.²

Especialmente neste século ampliou-se em todo o mundo a produção de relatos históricos sobre preservação audiovisual, conjunto de trabalhos que forma o segundo e mais numeroso grupo. No Brasil, a tese de doutoramento de Fausto Douglas Correa Jr. foi lançada em livro, *A Cinemateca Brasileira —das luzes aos anos de chumbo—*, mas vários outros trabalhos igualmente importantes estão disponíveis como trabalhos acadêmicos, como a tese de Carlos Roberto de Souza, sobre a Cinemateca Brasileira, na USP e a dissertação de José Quental, sobre a Cinemateca do MAM-Rio, na UFF.³

O terceiro grupo é voltado para uma literatura mais técnica e didática, em que conceitos básicos e/ou avançados de preservação audiovisual são transmitidos, geralmente para pessoas que já trabalham na área. Esses guias de preservação aproveitavam-se da estabilidade da preservação analógica e de suas técnicas para seguirem valendo por muitos anos. A chegada do digital

¹ Em contrapartida, vários de seus livros já foram traduzidos para o espanhol.

² Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14590>.

³ A tese de Carlos Roberto de Souza, *A cinemateca brasileira e a preservação de filmes no Brasil*, está disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26102010-104955/pt-br.php>. A dissertação de José Quental é *A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma Cinemateca na Belacap: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948-1965)*.

balançou tudo isso, visto que em geral, as técnicas estão em constante processo de atualização.

Desse modo, uma obra relativamente pequeno e escrito com uma linguagem simples, como *Guia de arquivamento de vídeo para ativistas*, é de fundamental importância para o momento atual. Ainda que tenha sido escrito com um propósito claro e direto de auxiliar organizações ativistas e militantes, todos que realizam filmes, profissionalmente ou não, beneficiar-se-ão em ler as 100 páginas deste guia. Os principais softwares e programas relacionados às várias etapas da preservação audiovisual são descritos e explicados, mas o livro está mais interessado em esclarecer o que cada pessoa ou organização precisa decidir antes de constituir um acervo audiovisual. Munido de uma didática impressionante, seu objetivo é servir como "base conceitual e metodológica para organização de quaisquer acervos contendo documentos audiovisuais nativos digitais" (p. 3), de acordo com Marco Dreer e Maria Byington, coordenadores da edição brasileira.

Partindo desse pressuposto demasiadamente ousado, as autoras Grace Lile e Yvonne Ng escolheram uma linguagem acertadamente acessível, simples e direta. Em meio a questões mais específicas do público-alvo original, como métodos para garantir a segurança e veracidade das imagens ou a utilização do vídeo como prova jurídica, os ensinamentos sobre a adequada preservação audiovisual das imagens em movimento criadas em câmeras amadoras ou celulares podem ser usufruídos por todos. O livro é dividido em oito módulos, reunidos sob um Fluxo de Trabalho, para que possa ser consultado regularmente e de acordo com a necessidade: "Criar", "Transferir", "Incorporar", "Organizar", "Armazenar", "Catalogar", "Preservar"⁴ e "Compartilhar".

⁴ Ainda que todas as etapas acima sejam consideradas etapas de Preservação. O "Plano Nacional de Preservação Audiovisual" lançado pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA) em 27 de junho de 2016 orienta que "Por 'Preservação Audiovisual' se entenderá o conjunto dos procedimentos, princípios, técnicas e práticas necessários para a manutenção da integridade do documento audiovisual e garantia permanente da possibilidade de sua experiência intelectual". Disponível em:

O foco do primeiro capítulo é esclarecer que "o arquivamento começa no momento da criação" (p. 12), e na captura de metadados, além do registro de informações que serão valiosas para a identificação do material bruto anos depois —ou mesmo dias. Já "Transferir" explica como descarregar devidamente arquivos gravados digitalmente para o computador e/ou outros HDs. O capítulo "Incorporar" ensina tanto ao leitor a estabelecer uma política de seleção que será valiosa: a "clareza sobre o que será ou não incorporado" (p. 40) "ajuda a assegurar que o conteúdo preservado tenha significado e valor duradouros" (p. 34).

Em "Organizar", as autoras ensinam as melhores maneiras de nomear arquivos, e como criar pastas e subpastas, chamados aqui de "pacotes de informação". O texto deixa claro que não existe uma regra rígida, pois a estrutura adotada deve ser aquela que "funcione para você" (p. 48). Também é enfatizado que muitos aplicativos pessoais para gerenciamento de mídia oferecem um manuseio fácil, mas em contrapartida "não são (geralmente) construídas para permitir que você exporte sua informação para outros sistemas" (p. 49), prejudicando o livre manuseio de seu acervo e pondo em perigo a preservação de seu material a médio prazo.

Esse capítulo é fundamental ao enfatizar a mensagem que perpassa todo livro: enquanto algumas ferramentas *online* ou *offline* prometem auxiliar o usuário na catalogação e organização e garantirem a preservação do material, eventualmente elas limitam o controle geral por parte de seu proprietário, estabelecendo barreiras na relação direta entre o criador e sua coleção. Ao final do capítulo, as autoras resumem que, fundamentalmente, "a boa organização ajuda a navegação e a recuperação, além de contribuir para a encontrabilidade de um item" (p. 51).

O "Armazenar" vem em seguida e nesse capítulo, as autoras apresentam as várias formas de armazenamento físico e em nuvens, recomendando a criação de ao menos "duas cópias de segurança de seus originais" (p. 59), que devem ser periodicamente atualizadas —"entre 3 e 5 anos" (p. 59)—, e que as cópias estejam em lugares diferentes. Segundo Lile e Ng, a separação que tem como objetivo garantir a integridade do material em caso de desastres naturais ou provocados pelo homem "é uma das ações mais importantes para você salvar sua coleção (p. 54).

A sexta etapa do Fluxo de Trabalho se dedica a "Catalogar". Ao lembrar que "os catálogos de biblioteca foram gavetas cheias de cartões de índices impressos, cuidadosamente organizados" (p. 70), o guia deixa claro mais importante do que escolher uma ferramenta perfeita, o gerente da coleção deve decidir um método que o auxilie de forma prática. Assim, o usuário é convidado a avaliar se "realmente precisa de algo mais complexo do que um inventário (e a documentação e os metadados incorporados" para tornar seus vídeos disponíveis e compreensíveis" (p. 63), "se você tem os recursos para criar um (catálogo)" (p. 70) e finalmente, "escolha um sistema que você tenha recursos para desenvolver e manter" (p. 64). A partir dessa auto-avaliação, são apresentados vários campos que podem auxiliar a boa catalogação de uma coleção e o lembrete que todas as regras e estruturas devam ser cuidadosamente documentadas.

O capítulo seguinte é denominado "Preservar", o que é um tanto questionável, visto que o próprio guia informa que "todos os passos descritos neste guia contribuem para a preservação dos seus vídeos" (p. 72) e que "preservação significa garantir que sua coleção esteja permanentemente acessível" (p. 72). Essa etapa do guia espera auxiliar o usuário em questões mais amplas para a manutenção do arquivo a longo prazo, passando pelas "prioridades para preservação" (p. 73), e a decisão se é do melhor interesse para o usuário colaborar com um "arquivo, sociedade histórica, museu ou biblioteca", ou ainda

"instituições envolvidas com a coleta de provas, como organizações de direitos humanos, centros de documentação e júris e tribunais que possuem arquivos" (p. 74), sem necessariamente "abrir mão de sua coleção". As autoras apresentam os prós e contras dessa decisão, fornecendo fatores a serem considerados para a decisão.

O último passo é, naturalmente, "Compartilhar". Nessa etapa, todo o trabalho feito anteriormente no Fluxo de Trabalho pode ser disponibilizado para o público —geral ou seletivo—, escolhendo quais informações poderão ser compartilhadas e como elas poderão ser acessadas (p. 80). Ferramentas de pesquisa e meios para controlar o acesso dos usuários são apresentadas, além de uma breve explicação sobre direitos autorais (p. 87-88).

As últimas páginas do livro são dedicadas a dicas de como transformar os vídeos em provas jurídicas, além de conceitos-chaves e glossário dos principais termos usados em todo o guia.

O livro, segunda obra publicada pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA), contribui com a conscientização da preservação audiovisual por parte de toda a sociedade, em um momento em que mais e mais imagens audiovisuais são criadas com a utópica percepção que elas estarão disponíveis para sempre. É um livro para ser lido e permanentemente consultado.⁵ Se existe uma mensagem central, é a de que a preservação das imagens em movimento estão cada vez mais concentradas nas mãos daqueles que as realizam e que desejam por motivos políticos, sociais ou pessoais que elas permaneçam preservadas por muitos anos.

⁵ O livro está disponível em PDF na página da Witness Brasil:
https://portugues.witness.org/portfolio_page/guia-de-arquivamento-de-video-para-ativistas/.

* Mateus Nagime é pesquisador e arquivista audiovisual e esportivo, com Mestrado em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com dissertação sobre o cinema queer brasileiro. Trabalhou nos principais arquivos de filmes no Brasil e em vários festivais cinematográficos, além de ter sido curador de mostras, como *New Queer Cinema – Cinema, Sexualidade e Política*, cujo catálogo também editou. Foi professor de cursos sobre cinema queer, preservação audiovisual, curadoria ou cinema brasileiro e atua como crítico de cinema. E-mail : mateusnagimeb@gmail.com